

A CNDE e as diretrizes internacionais do Banco Mundial

Jociene Araújo Limaⁱ 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

Emanuela Rútila Monteiro Chavesⁱⁱ 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar, sob o fundamento da crítica marxista, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, a relação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), com a concretização da Agenda Global de Educação da Unesco, em parceria subserviente com o Banco Mundial. Para tal, analisaremos o documento resultante da Semana de Ação Mundial, realizada em 2017, que trata especificamente da articulação entre as metas do PNE com as metas da agenda Global de Educação. Na análise dos documentos, nos apoiaremos nos escritos de Leher (1998), Mendes Segundo (2005), Souza (2017), Martins (2004), Chaves (2019), Mészáros (2008; 2011). Por fim, concluímos que a CNDE tem sido a principal organização a fomentar ações em torno do cumprimento dessa agenda internacional que preconiza políticas sintonizadas com as diretrizes do Banco Mundial, refletindo sobremaneira, nos contornos das políticas de educação do Brasil.

Palavras-chave: CNDE. Banco Mundial. Plano Nacional de Educação.

CNDE and the World Bank's international guidelines.

Abstract

This work aims to analyze, under the foundation of Marxist criticism, from a bibliographical and documental research, the relationship of the National Campaign for the Right to Education (CNDE), with the implementation of the Global Education Agenda of Unesco, in a subservient partnership with the World Bank. To this end, we will analyze the document resulting from the World Action Week, held in 2017, which specifically deals with the articulation between the goals of the PNE with the goals of the Global Education agenda. In analyzing the documents, we will rely on the writings of Leher (1998), Mendes Segundo (2005), Souza (2017), Martins (2004), Chaves (2019), Mészáros (2011). Finally, we conclude that the CNDE has been the main organization to promote actions around the fulfillment of this international agenda that advocates policies in tune with the guidelines of the World Bank, reflecting greatly on the contours of education policies in Brazil.

Keywords: National Campaign for the Right to Education. World Bank. National Education Plan.

1 Introdução

Esse trabalho resulta dos estudos desenvolvidos nos projetos de pesquisa PIBIC/UERN, intitulados: “*A crise do capital e a agenda de educação 2015-2030; o monitoramento da Campanha Nacional pelo Direito a Educação ao PNE*” e “*Aprendizagem, pobreza e desenvolvimento sustentável: a política do Banco Mundial para os países pobres no rol da agenda global de educação 2030*”. Entrelaçado aos projetos este trabalho tem como objetivo analisar as ações da CNDE na concretização da Agenda Global de Educação 2030, coordenada pela Unesco, com auxílio direto do Banco Mundial.

Considerando contexto social que a sociedade está inserida desde a década de 1970, é notável que grande parte das dificuldades que a humanidade vem enfrentando é efeito de um cenário de crise sistêmica. De acordo com Mészáros (2008; 2011), podemos caracterizar esta crise como uma crise de superacumulação, que possui um caráter crônico e sistêmico. Esta crise inaugura a era da barbárie, se caracterizando com um abalo que apesar de ter origem na economia, atravessa todas as instâncias da vida social, afetando cada uma delas com o seu poder destrutivo, com fortes reverberações também na educação. Neste contexto, subjugada a uma concepção economicista, a educação é convocada a assumir uma destacável função social, como atividade capaz de solucionar as consequências nefastas agravadas pelo ultimato dado pela crise.

Atualmente, uma das Instâncias internacionais que mais tem influência no controle das políticas educacionais dos países periféricos é o Banco Mundial. Atualmente o Banco, atua como uma agência de financiamento de empréstimos para países ditos em desenvolvimento. Desde os anos 1990 executa um papel de formulador de estratégias e diretrizes para as políticas educacionais de seus países membros, disseminando o discurso de que a educação é a chave para o desenvolvimento econômico e de todas as esferas da vida social, sendo ela uma peça fundamental na erradicação da pobreza e no alcance do desenvolvimento sustentável. Assim, o Banco, em parceria com outras agências multilaterais têm atuado diretamente na definição dos contornos de uma agenda educativa de caráter global.

Pautado na concepção que associa educação ao alívio da pobreza, o Banco assumiu a tutela na formulação de recomendações e estratégias internacionais patrocinando eventos de abrangência mundial, do qual derivaram documentos basilares do receituário das reformas neoliberais efetuadas no campo da educação (MENDES SEGUNDO, 2005; LEHER, 1998). Organizações multilaterais como o Fundo das Nações Unidas para a infância (Unicef) e Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e Cultura (Unesco), alinhada com as diretrizes do Banco, traçaram recomendações para a educação dos países ditos em desenvolvimento. Assim, a partir dos anos 1990, as nações periféricas se viram sujeitas as estratégias internacionais tendo por base a Declaração de Jomtien (1990) e o Marco de Ação de Dakar (2000), que buscavam orientar as reformas educativas para os países de periferia da capital.

Seguindo essa lógica de homogeneização das políticas de educação, iniciada com o Movimento de Educação para Todos (EPT), foi aprovado um novo compromisso, agora de caráter global, derivada dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Agenda Global 2030, traz como ODS4 a educação, que aborda a necessidade de fomentar oportunidades educativas de qualidade, inclusivas e equitativas, sob a centralidade do restrito e mercadológico direito à aprendizagem (CHAVES, 2019). No Brasil, esta agenda é monitorada pela CNDE, organização que tem tido uma importante participação nos rumos dessa agenda e das discussões referentes a educação.

Este trabalho tem como objetivo analisar as ações da CNDE na concretização da Agenda Global de Educação chancelada pelo Banco Mundial. Pretendemos enfatizar a influência do Banco Mundial no que diz respeito a definição das políticas educacionais dos países pobres, assim como as ações desenvolvidas pela CNDE na concretude da Agenda Global tutelada por esse organismo para o Brasil. A CNDE tem atuado no debate e no monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE), avaliando as metas e diretrizes da Agenda Global 2030 nas Semanas de Ação de Mundial, ocorridas anualmente.

2 Metodologia

Conforme o objeto de estudo e sob o fundamento da crítica marxista, a pesquisa apresenta natureza bibliográfica e documental. Amparados nos escritos de Leher (1998), Mendes Segundo (2005), Souza (2017), Martins (2004), Chaves (2019), Mészáros (2008; 2011), buscaremos examinar as ações desenvolvidas pela CNDE no monitoramento e concretização da Agenda Global de Educação. Para tal, analisaremos o documento resultante da Semana de Ação Mundial (SAM), realizada em 2017, no Brasil, que trata especificamente da articulação entre as metas do PNE com as metas da agenda Global de Educação. Tendo como tema “Não vamos inventar a roda!” este documento traz como assunto central o balanço da implementação do PNE, contextualizado com o monitoramento dos ODS no Brasil, abordando uma relação íntima entre a concretude do PNE e o alcance da Agenda Global de Educação.

3 Resultados e Discussões

No Brasil, a Campanha trabalha ativamente na concretização da Agenda Global de Educação, traçando ações que possam ser desempenhadas no intuito de alcançar a concretização desse compromisso. Atualmente, o Brasil tem como principal instrumento para o alcance dessa agenda o PNE (2014-2024). Este, mesmo tendo sido sancionado antes da oficialização da Agenda Global 2030, carrega em suas metas todas as metas da Agenda Global de Educação.

Assim, para cumprir o ODS 4, a CNDE vem desenvolvendo no Brasil uma série de ações que buscam a concretização do PNE, relacionado também ao alcance dos demais ODS. A principal ação desenvolvida aqui no Brasil é a SAM que efetua um debate favorável em torno dos ODS, articulado a importância de se cumprir esses marcos legais internacionais. Esse evento também traz o monitoramento dos ODS, onde é demonstrado uma série de discussões entre a sociedade civil do que não está sendo cumprido e quais as formas de solucionar esses desafios, reforçando que a sociedade precisa se unir para melhorar as condições ou então o Plano não será efetivado.

A SAM do ano de 2017 abordou uma forte relação entre o PNE e ODS, destacando que o descumprimento do PNE é também o descumprimento das metas do ODS 4 no Brasil. O documento ressalta a importância da união de todos no sentido de pressionar e reivindicar ao governo o cumprimento do PNE. Também é destacado neste documento a necessidade da compreensão de que os dois planos andam juntos.

5

Uma outra ação desempenhada pela Campanha para concretizar os ODS se dá em torno de parcerias internacionais, através das quais tem conseguido investimentos para o seu engajamento, levando as dificuldades do Brasil para empresas internacionais. Esta estratégia é colocada pela CNDE como uma forma de pressionar o governo no tocante às ações voltadas para a garantia do direito à educação. Todavia, ao concordar com estas parcerias privadas acaba aderindo ao discurso de que as agências patrocinadoras promovem ações voltadas para uma educação pública, gratuita e de qualidade, contradizendo a sua defesa em torno da responsabilidade do Estado de manter a educação pública como direito social legalmente assegurado.

4 Considerações finais

Concluimos que a CNDE tem sido uma entidade que tem atuado de forma ativa na concretização dos ODS no Brasil, tendo em vista sua articulação com o PNE, fazendo uma pressão estratégica para que sejam cumpridas as metas desse Plano e a Agenda Global de Educação. A CNDE, destaca em seu documento da SAM de 2017, que conta com recursos de agências financiadoras e organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Unicef e Unesco, deixando implícito que as reformas e diretrizes pregadas por ela seguem o mesmo viés de reformulação proposta pelo Banco Mundial. O trabalho da Campanha de atuar no engajamento da sociedade na luta por reformas e na concretização do PNE atrelado a Agenda Global de Educação, demonstra a importância da atuação de organizações da sociedade civil como coparticipes da implantação de agendas internacionais impositivas, que associadas a projetos de desenvolvimento

econômico, atrelam educação ao alívio da pobreza como elemento fundamental para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Referências

ALVES, G. **Dimensões da precarização do trabalho**: Ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

GENTILI, P. **Pedagogia da Exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GRANEMANN, S. Estado e questão social em tempos de crise do capital. In: GOMES, V. et al. **O avesso dos direitos**: Amazônia e Nordeste em questão. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012 (p. 41-60).

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza. 1998. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARTINS, L. M. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. IN DUARTE, N. Crítica ao fetichismo da individualidade. Campinas. São Paulo. Autores Associados, 2004.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil**: o FUNDEF no centro do debate. (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- graduação em Educação Brasileira, FAGED-UFC., 2005.

MÉSZAROS, István. **A educação para Além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

UNESCO. Educação para todos: o compromisso de Dakar. Dakar, Senegal: UNESCO, 2000. UNESCO. **Marco da educação 2030**: Declaração de Incheon. Incheon, Coréia do Sul: UNESCO, 2015.

ⁱ Jociene Araújo Lima, ORCID: <https://orcid.org/709-8333-14304-7767>

Universidade do Rio Grande do Norte

Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado Educação e Sociedade

(GEPEES/UERN/CNPq). Atua nos seguintes temas: Política Educacional, Agenda internacional de educação, Inferências do Banco Mundial na política educativa dos países pobres.

Contribuição de autoria: a escrita do texto sobre orientação da professora Emanuela.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7098333143047767>

E-mail: jocienelima@gmail.com

ii **Emanuela Rútila Monteiro Chaves**, ORCID: <https://orcid.org/532-4515-66783-0034>

Universidade do Rio Grande do Norte

Professora Adjunta do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutora em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado Educação e Sociedade (GEPEES/UERN/CNPq). Membro do Instituto de Estudos e pesquisas do Movimento Operário (IMO/UECE). Coordenadora do projeto de extensão “UERN vai á escola: formação e resistência coletiva”.

Contribuição de autoria: orientadora da pesquisa

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5324515667830034>

E-mail: emanuelarutila@uern.br

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

LIMA, Jociene Araújo; CHAVES, Emanuela Rútila Monteiro. A CNDE e as diretrizes internacionais do Banco Mundial. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-7, 2021.